VERSÕES, REVERSÕES, CONTROVÉRSIAS: O DESAFIO BIOGRÁFICO

Rodrigo Ribeiro Paziani

título deste artigo é bastante sugestivo. Sugestivo não apenas por se tratar de uma apropriação semântica do título da obra *Verso, Reverso, Controverso*, de Augusto de Campos (1988)¹, mas, especialmente, por revelar em seus significados uma afinidade eletiva com o tema da biografia.

Nesse livro, o engenhoso poeta enveredou-se numa série de reflexões acerca do universo metalinguístico das traduções de obras de vários artistas e de movimentos estéticos, enfatizando a relevância de se valorizar as criações do “passado”, bem como as suas (re)criações ou (re)leituras na atualidade. Tal título, porém, nos

sugere outras perspectivas que vão ao encontro da temática do nosso texto. Num artigo recente – no qual explorou a antropofagia no conceito de “tradução” em Augusto de Campos – Luciana de Mesquita Silva, citando a tradutora Else Pires Vieira, apontou dois significados para o uso da palavra “reverso”: “[...] ao mesmo tempo em que sugere oposição, ela pode ser subentendida como repetição no sentido de se construir o verso novamente, reescrever, recriar. A tais relações se soma a ideia de contestação indicada pelo vocábulo ‘controverso’” (Vieira, 1996, p. 73).

Podemos afirmar, portanto, que a reunião das três palavras em questão – verso, reverso, controverso – nos conduz à proposta de Augusto de Campos em conceber a “tradução” como um efeito de (re)pensar criticamente um elenco de obras/autores por um viés “antropofágico”, devorador (Campos, 1988, p. 7).

Isso na medida em que os “tradutores”, seja na face de “escritores”, seja na de “leitores”, apropriam-se culturalmente do conteúdo linguístico e/ou histórico de um texto ou um conjunto de textos e os (re)elaboram à luz das questões prementes de tempos e contextos específicos (Chartier, 1990, 2003). No dizer do próprio poeta, tratar-se-ia finalmente de compreender “os que alargaram o verso e o fizeram controverso, para chegar ao reverso” (Campos, 1988, pp. 8-9).

Parece-nos que semelhante desafio pode ser lançado aos historiadores, qual seja, a relevância ou não da biografia como um campo epistemológico possível no interior das lutas simbólicas e da legitimidade científica da escrita historiográfica (Bourdieu, 2004, pp. 20-2)².

Sabemos que o “campo biográfico” constitui um ponto nevrálgico das mudanças paradigmáticas sofridas por Clio a partir da década de 1980³, especialmente a crítica ao método quantitativo, às mentalidades e à voga estruturalista que predominou nos círculos acadêmicos franceses (Dosse, 1994). Ela representaria ainda parte da guinada metodológica em direção de pesquisas qualitativas e do intenso diálogo com a antropologia e a teoria literária (Burguiere, 1993; Chartier, 1994; Dosse, 2003).

Dessa forma, o *status* adquirido pela biografia convergiria com as perspectivas historiográficas abertas pela “história cultural” (Pesavento, 2003; Burke, 2005) – movimento atualmente denominado de “nova história cultural” (Hunt, 1995) – cujas vertentes voltaram-se para a apropriação das concepções hermenêutico-interpretativas (Geertz, 1989; Sahlins, 2003), para a recorrência às técnicas e aos estilos da narrativa (Duby, 1988; Ricoeur, 1997; Certeau, 2000),

RODRIGO RIBEIRO PAZIANI é doutor em História pela Unesp/campus de Franca e professor do curso de pós-graduação em História da Faculdade Dom Bosco (Monte Aprazível/SP).

1 Publicada originalmente em 1978.

2 Para Bourdieu, o conceito de “campo” refere-se a um espaço onde os objetos sociais compartilhados são disputados por agentes investidos de saber específico, permitindo acesso aos vários lugares em seu interior, bem como aos diferentes jogos de conflito entre os agentes envolvidos. No caso dos “campos científicos”, eles representam o espaço de confronto entre duas formas de poder: o social (ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas) e o específico (que repousa sobre o reconhecimento pelos pares).

3 Mas há algumas exceções que se antecipam a essa década. Lucien Febvre foi pioneiro no desbravamento do campo biográfico,

bem como para a crítica a uma “macro-história” social e política (Revel, 1998).

Em seus trabalhos sobressaem-se os estudos dos valores culturais e das experiências de indivíduos e grupos particulares em locais e períodos bem circunscritos, o que explica, em grande parte, a crescente onda de estudos biográficos e mesmo autobiográficos (Chartier, 1994, p. 99; Levillan, 2003; Pesavento, 2003).

Entretanto, se se trata de uma “das maneiras mais difíceis de fazer história”, no dizer de Jacques Le Goff, porque “confronta hoje o historiador com os problemas essenciais – porém clássicos – de seu ofício de um modo particularmente agudo e complexo” (Le Goff, 1999, p. 20), também não é menos verossímil afirmar que o campo biográfico foi alvo de um olhar crítico não somente no interior da historiografia, mas em outras áreas do conhecimento, como a literatura, a sociologia e a filosofia: aqui emergem as versões e as controvérsias sobre o tema.

VERSÕES E CONTROVÉRSIAS: OS (DI)LEMAS DA BIOGRAFIA

Pode-se dizer que desde a Grécia antiga (Momigliano, 1974) vários foram os pensadores (entre biógrafos, filólogos, filósofos, historiadores, etc.) que debateram a biografia não apenas como método de apreensão do conhecimento (as ideias de “razão” e “verdade”), mas também como gênero historiográfico propriamente dito (Revel, 1998; Borges, 2005).

Tucídides, por exemplo, acusava-a de monográfica, narrativa e dramática; Plutarco, na era cristã, defendia a biografia ou os “sinais da alma” contra as determinações e as generalizações da história. O gênero foi retomado no período renascentista italiano através das biografias “anedóticas” (Burke, 1997) e reconsiderado no século XVIII por filósofos como David Hume, para quem a biografia constituía uma possibilidade de entendimento da história, convencido de que as perso-

nagens individuais decidiam os rumos da história de uma nação (Loriga, 1998, p. 229).

Marcada durante longo tempo por um eixo, ora de distinção, ora de diálogo com a história, a biografia, embora jamais ausente das reflexões dos historiadores, tornou-se uma controvertida modalidade de escrita, principalmente no decorrer do século XIX, à medida que a história sucumbia aos dogmas do racionalismo estético-filosófico do sujeito kantiano/hegeliano (Loriga, 1998, p. 230; Ferry, 1994) e às teorias científicas de matriz positivista: todos, de certa forma, ancorados numa concepção teleológica, providencial e eurocêntrica de mundo (Loriga, 1998, p. 230; Ferry, 1994).

O predomínio da história como “ciência positiva”, que parece ter se estendido até a primeira metade do século XX, se não rompeu de vez a interface com a biografia – graças a historiadores do XIX, como Michelet e Carlyle, que levantaram questões pertinentes àquele gênero (Loriga, 1998, p. 230; Ferry, 1994) –, reduziu a importância das estratégias e das ações individuais na história, ao contrário da produção literária que, desde o século XVIII, explorava as múltiplas possibilidades de se narrar a vida de um indivíduo (Borges, 2005, pp. 206-7).

Até meados do século XX, vários historiadores (especialmente na França), seguindo os passos de François Simiand e, posteriormente, de Claude Lévi-Strauss, criticaram o “sujeito da filosofia”, ao mesmo tempo em que se afastavam do ídolo individual e da ciência do singular para privilegiar as generalizações, os modelos teóricos, as estruturas, as regularidades, as contingências, enfim, a história como uma “ciência nomotética” (Dosse, 2003, pp. 72-5).

Se tais afirmações podem ser dirigidas às teses de Fernand Braudel e de alguns dos seus discípulos, como Marc Ferro e Pierre Chaunu – casos do tempo estrutural, “quase imóvel”, e da “história serial” (Burke, 1991, pp. 46-7; Dosse, 1994) –, o mesmo não deve ser dito, por exemplo, de Lucien Febvre, que jamais defendeu a bandeira antibiográfica, combatendo, isto sim, um certo “modelo”

ainda que ancorado numa “psicologia histórica” (ou estudo de “mentalidades”): no desafio de construir uma “história total”, Febvre tentou compreender “os homens e seus tempos” através das vidas de Martinho Lutero (1924), François Rabelais (1942) e Jules Michelet (1943). Em 1970, um outro historiador, alinhado à historiografia marxista britânica, Christopher Hill, escrevia *O Eleito de Deus*, uma obra marcante sobre as raízes da Revolução Inglesa através da trajetória de Oliver Cromwell.

de indivíduo heroicizado e descontextualizado de seu mundo (Candar, 2000, pp. 12-3; Febvre, 1970).

Pode-se mesmo afirmar que Braudel jamais negligenciou inteiramente o lugar dos sujeitos em seu projeto de “história global”, mas com a ressalva de que eles fossem determinados pelo domínio estruturante da “geo-história” (Burke, 1991, p. 47), que pouco espaço reservava à liberdade de ação e racionalidade dos indivíduos. Paradoxalmente, nos anos de 1960, ele publicou dois artigos de cunho biográfico – sobre Carlos V e Filipe II – nos quais estavam presentes não as estruturas ou o tempo “quase imóvel”, mas uma narrativa que destacava a sucessão dos eventos, as mudanças súbitas, os acasos, os conflitos monárquicos, as estratégias matrimoniais e militares, os jogos da política e as ações individuais (Braudel, 1992)⁴.

Todavia, a incursão braudeliana pelo universo biográfico deve ser vista mais como uma “cortina de fumaça”. Sob a batuta de Pierre Chaunu, Pierre Vilar e Pierre Goubert (os três primeiros, além do próprio Braudel, influenciados pela história econômica do sociólogo marxista Ernest Labrousse) – sem esquecermos até de Emmanuel Le Roy Ladurie –, o método quantitativo, a história serial, a demografia histórica e as monografias regionais dominaram os círculos universitários na França (e até mesmo fora dela) aproximadamente entre os anos de 1950 e 1970 (Burke, 1991, pp. 66-7; Dosse, 1994): a valorização do “macrossocial”, a serialização de dados, os estudos populacionais e as mentalidades sufocaram quase todas as pesquisas que se enveredavam pelo campo biográfico.

Segundo Georges Duby, a “zona de sonolência” (ou melhor, de “silêncio”) na qual permaneceu a biografia estendeu-se, pelo menos no interior da historiografia francesa, até o final da década de 1970 (Duby, 1989 apud Borges, 2005, p. 209), isso porque

“Os historiadores dos *Anais*, preconizando uma história estruturalista, têm por ambição conseguir essa federação das ciências humanas que Émile Durkheim sonhava

realizar em proveito dos sociólogos, aprendendo o modelo estrutural e fazendo da história uma disciplina nomotética e não mais ideográfica. O primeiro efeito dessa fecundação estrutural do discurso histórico é, evidentemente, um afrouxamento da temporalidade, que se torna quase estacionária. Rejeita-se o circunstancial, a cadeia de acontecimentos, considerado como advindo do epifenômeno ou do folhetim, para voltar exclusivamente sobre o que se repete, o que se reproduz [...]” (Dosse, 2003, pp. 82-3).

Confirmando tal tese, o projeto de renovação historiográfica – fruto de uma coletânea de textos publicada em três volumes no ano de 1974 e composta por intelectuais como Philippe Ariès, Pierre Vilar, Michel Vovelle, Georges Duby, Michel de Certeau, Pierre Nora e Le Roy Ladurie (Le Goff & Nora, 1988) –, embora contivesse como proposta-chave uma viagem do “porão ao sótão” (ideologias, mentalidades, saberes) e propugnassem a utilização de novas abordagens (política, literatura, arte, religião, etc.) e novos objetos (crianças, jovens, inconsciente, etc.), não contemplou uma linha sequer a respeito da biografia como campo epistemológico.

A “virada metodológica” liderada pela nova história cultural nos anos de 1980 propiciou ao gênero biográfico ganhar um novo fôlego e adquirir novas roupagens. Atualmente, é muito comum entre os historiadores o uso crescente da palavra “retorno” e/ou “renascimento” ao se referirem ao interesse pela biografia (Borges, 2005, pp. 207-8). Mas tal ideia de retorno não parece consensual. Questionando essa tese, assim ponderou Vavy Pacheco Borges (2005, pp. 207-8):

“Na década de 1980 falou-se de um ‘retorno’ da biografia. No campo de estudo dos historiadores, o que é por vezes apresentado como retorno não é, a meu ver, verdadeiramente um retorno. Narrações de vidas lineares e factuais existem há tempos [...]. Esse tipo tem tido e continuará tendo sucesso (embora tentando inutilmente abarcar toda a riqueza incomensurável de uma vida e dando uma vi-

4 Mas, ao contrário de Lucien Febvre, interessado em compreender os “destinos” de suas personagens, o esquema tripartite, hierárquico e desigual de Braudel (com a prevalência estruturalista) não ofereceu nenhuma chance de racionalidade aos sujeitos individuais, ora vítimas do determinismo geográfico, ora presos às “estruturas do cotidiano”.

são simplificada e por isso mesmo falsificada de seu biografado) [...] Na verdade, a ideia de falar em retorno me parece algo bastante francês [...]”.

Intimamente ligada à (re)emergência dos sujeitos individuais e/ou coletivos na escrita da história (Chartier, 1994; Levi, 1996, p. 170), a aposta biográfica articula-se aos estudos culturais, principalmente os que se enveredaram, em maior ou menor grau, pela análise de trajetórias individuais. Associada também a outros dois “retornos”, o da política (Ferreira, 1992; Remond, 2003) e o da narrativa (Burke, 1992), a biografia conquistou um lugar indiscutível na sociedade moderna através do mercado editorial, das livrarias, de programas de televisão ou dos documentários cinematográficos.

Aliás, podemos vislumbrar nesse cenário de crescente interesse pelo gênero biográfico alguns dos paradoxos da (ou mesmo reações à) “globalização” contemporânea, casos da ascensão da intimidade e das relações interpessoais (face ao declínio da vida pública) (Sennett, 1998, pp. 190-242), da valorização das “culturas regionais” e do “saber local” (Amado, 1990; Geertz, 1997; Burke, 2005), da liberdade individual diante de normas aparentemente fixas e do reforço da ética individualista (Borges, 2005, p. 209).

UMA POSSÍVEL REVERSÃO: O CASO DA MICRO-HISTÓRIA ITALIANA

Em livro recente, no qual se enveredou por uma “arqueologia” da história cultural, Sandra Pesavento teceu uma análise crítica das diversas correntes dessa historiografia, suas múltiplas abordagens, objetos e domínios, com destaque para uma especial contribuição sintomática dos estudos de cultura (o simbólico, as narrativas, os discursos, as representações, etc.): a presença de “campos temáticos de pesquisa”, dentre eles, história e literatura, cidades, imagens, memória e identidades (Pesavento, 2003, pp. 77-92).

Curiosamente, a historiadora pouco dissertou acerca do campo biográfico. Daí surge uma indagação: seria a biografia um “campo temático de pesquisas”? Parece-nos que sim, embora não sem controvérsias.

A multiplicidade de novos objetos e o uso entrecruzado de métodos propiciados pela “nova história cultural” – especialmente com as novas abordagens sociológicas e antropológicas (Chartier, 1994) – bem como as interfaces entre história e ficção ou entre narrativa histórica e narrativa ficcional (Duby, 1988; Ricoeur, 1997; Pesavento, 1999) impeliram os historiadores da cultura a desviar-se das regularidades sociais e estruturas *a priori* em prol da construção de representações e práticas dos sujeitos na história (Chartier, 1991, pp. 173-4).

As controvérsias, porém, não deixaram de aparecer. Na década de 1980, o sociólogo Pierre Bourdieu (1996, pp. 183-91) formulou algumas críticas àquilo que denominou de “ilusão biográfica”. Para ele, haveria uma contradição epistemológica entre o uso das contribuições sociológicas e historiográficas e os parâmetros lineares, estáveis e reducionistas da “história de vidas”:

“[...] Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar [...]” (Bourdieu, 1996, p. 185).

Numa semelhante linha de raciocínio, o também sociólogo Jean-Claude Passeron desferiu algumas ressalvas àquilo que intitulou de “ilusão epistemológica” aos intelectuais que se debruçavam sobre a narrativa biográfica, ou seja, a fascinação imediatista pelo concreto e o singular (em detrimento do problema teórico) que gerava a ilusão da compreensão totalizante de uma experiência individual. Conforme afirmou:

“[...] *le récit biographique à l'état brut, rêvant d'exhaustivité, se berçant de la*

certitude que 'rien n'est insignifiant'. Ici ce qui est visé, épousé par le récit, ce qui procure l'impression de comprendre, c'est le fait de toucher du doigt, non seulement le 'ceci s'est passé ainsi quelque part et pour quelqu'un', mais de toucher du doigt la forme concrète, singulière, immédiatement compréhensible, de l'enchaînement des effets. Le récit biographique fasciné par ses propres pouvoirs de suggestion, c'est une visée utopique d'exhaustivité qui achète l'impression de compréhension de l'illusion d'imédiateté. À ce pôle donc, un risque majeur: l'évanouissement du problème théorique des traits pertinents de la description. Dès qu'il y a recherche du contact avec la réalité socio-historique dans ses aspects biographiques et individualisés apparaît, en même temps que l'ambition la plus haute de la description anthropologique, une illusion épistémologique qui suit cette ambition comme son ombre, l'illusion de la pertinence tous azimuts d'une expérience singulière. Puisque tout ça est du réel, du 'direct', du singulier, que ce réel est touché du doigt, ramassé, raconté, réitéré, recueilli, filmé, il devient affectivement difficile d'en laisser perdre la moindre parcelle, chacune participant de la saveur totale du récit; il devient douloureux d'admettre que n'importe quel trait, n'importe quelle association de traits ne soit pas d'emblée pertinence" (Passeron, 1989).

Procurando escapar as essas “ilusões” denunciadas por Bourdieu e Passeron, Le Goff atentou para a dificuldade do empreendimento biográfico, bem como a necessidade de se articular a personagem ao contexto “global” de seu tempo, embora sem deixar de aceitar os acasos, as escolhas e as hesitações individuais (Le Goff, 1999, pp. 23-4).

Mas se alguns historiadores filiados aos *Annales*, como Duby e Le Goff, decidiram, a partir dos anos de 1980, reivindicar um novo estatuto metodológico à narrativa biográfica (Burke, 1991), foi talvez a “micro-história” italiana – especialmente sob a batuta de Carlo Ginzburg (1991)⁵ e Giovanni Levi (1992) – que procurou desenvolver um

arcabouço teórico-metodológico crítico da história das mentalidades (Espig, 2006), da visão “macro” da história social de tradição durkheimiana (Revel, 1998, pp. 20-5) e das “microfísicas” de controle ou de poder caras a Michel Foucault.

A opção pela “microanálise” permite destacar não apenas o valor heurístico das escalas e dos indícios aos historiadores (Ginzburg, 1999), mas, em virtude mesmo desses aspectos, sublinhar também a “res-significação” das singularidades na história (Lima, 2006), de maneira a recusar a supervalorização das normatizações sociais em relação às representações e práticas sociais, já que estas privilegiariam “[...] as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos” (Chartier, 1991, 1994).

Por outro lado, foram os diálogos (im) pertinentes da história com a narrativa literária (Ginzburg, 1991, p. 271; Duby, 1988, 1993) que permitiram aos micro-historiadores (mas não apenas a eles) explorar as novas possibilidades epistemológicas do que Le Goff denominou de “método biográfico”, na medida em que “[...] mais ainda que os outros métodos históricos, (o método biográfico) visa a produzir ‘efeitos do real’ [...]”, assemelhando-o (sem se confundir de todo) ao método do romancista (Le Goff, 1999, p. 22; Pesavento, 1999).

Segundo essa perspectiva, através de conceitos “antropológicos”, como imaginário, sensibilidade e troca simbólica, tornar-se-ia plausível articular não somente os fios e as tramas complexas que compõem as relações entre o individual e o coletivo ao “[...] apresentar de modo menos esquemático os mecanismos pelos quais se constituem redes de relações, estratos e grupos sociais” (Levi, 1996, p. 173), como também enfatizar as singularidades e as ações de indivíduos e grupos dentro de diferentes contextos históricos (Ginzburg, 1991, pp. 74-5; Loriga, 1998, pp. 247-8).

Se nomes como Alberto Caracciolo, Carlo Poni e Edoardo Grendi formaram o rol dos pioneiros do paradigma micro-histórico

5 Ainda que Ginzburg, por exemplo, negue veementemente o rótulo de “micro-historiador”.

italiano – cujo “manifesto” surgiu mais bem definido num artigo publicado pela revista *Quaderni Storici*, em 1977, no qual Grendi reivindicava a necessidade de uma redução de escala ou “microárea” para melhor compreender os comportamentos sociais (Lima, 2006, pp. 146-7) –, foram Ginzburg e Levi⁶ que melhor sustentaram o arcabouço metodológico e difundiram, com enorme sucesso, o paradigma em diversas universidades europeias e norte-americanas.

Nesse sentido, uma primeira “convergência de interesses” epistemológicos entre narrativa literária, abordagem etnográfica e desafio biográfico parece estar ligada à micro-história italiana, particularmente com a emergência dos chamados “protagonistas anônimos da história” (Vainfas, 2002): sintomas desse paradigma seriam *O Queijo e os Vermes*, de Ginzburg (1976), e *A Herança Imaterial*, de Levi (1985)⁷.

No segundo caso, em especial, as estratégias teórico-metodológicas de aproximação com o gênero biográfico tentaram reforçar a tese segundo a qual o “social” não seria um objeto definido, mas construído sobre múltiplas escalas de análise, no intuito de “[...] enriquecer o real introduzindo na análise o maior número possível de variáveis, sem no entanto renunciar a identificar suas regularidades” (Revel, pp. 28-36 apud Levi, 2000), o que nos levaria a postular que a micro-história não renega totalmente as contribuições dos estudos quantitativos e seriais para a pesquisa histórica.

Por outro lado, alguns intelectuais apontaram para os riscos da micro-história de cair num interpretativismo excessivo – como no caso da crítica de Andréa Del Col a Carlo Ginzburg (Pesavento, 2003, p. 73) –, como também numa supervalorização das “exceções à regra” (Pesavento, 2003, p. 74), de “questões insignificantes” e dos “homens comuns”, abandonando assim a perspectiva de estudos mais amplos e comparados (Pallares-Burke, 2000, pp. 43-4)⁸.

Tais riscos, porém, não desqualificam a contribuição da micro-história ao campo biográfico, pois a “microanálise” estaria longe

de renunciar aos estudos de contextos ditos “globais”, de uma racionalidade (ainda que limitada ou ambígua) ou das influências de normas sociais sobre o comportamento dos indivíduos. Muito pelo contrário: as redes de intercâmbio acadêmico entre historiadores britânicos, franceses e italianos, tendo a antropologia histórica como eixo unificador (Lima, 2006, p. 85), parecem conduzir a um cenário aberto e frutífero para pesquisas nesse campo.

Para Giovanni Levi, os raios de liberdade e ação dos indivíduos encontram-se além, mas nunca fora, das limitações impostas pelos sistemas normativos, sejam eles de ordem jurídico-institucionais, ou mesmo de ordem social. Em *A Herança Imaterial*, Levi definiu as bases metodológicas pelas quais abordou a trajetória pessoal de um “homem comum”, o padre Giovan Battista Chiesa, e um “lugar banal”, a pequena aldeia de Santena:

“[...] Santena é uma pequena aldeia e Giovan Battista Chiesa é um toscano padre exorcista. Entretanto, é exatamente na cotidianidade de uma situação vivida por um grupo de pessoas envolvidas em acontecimentos locais mas, ao mesmo tempo, interligadas a fatos políticos e econômicos que fogem a seu controle direto, a nos colocar problemas bem interessantes no que concerne às motivações e estratégias da ação política [...]. A história de Chiesa foi, portanto, não apenas objeto da narrativa, mas também o pretexto para a reconstituição do ambiente social e cultural da cidade (Santena). Ele assumiu conotações que envolveram o funcionamento concreto, em uma realidade específica, de leis gerais que permitem a identificação de elementos constantes e a elaboração de comparações [...]” (Levi, 2000, pp. 46-7).

Chamando a atenção para a análise do “sistema de contextualização e de interligação entre regras e comportamentos, entre estrutura social e imagem impressa nas fontes escritas” como “parte primordial da história de Giovan Battista Chiesa”, Levi (2000, p. 47) parece rebater as críticas sobre a “história menor” e o abandono de estudos

6 A partir de duas publicações na *Enciclopedia Einaudi*, em 1981, ambas sob o título de “Micro-História”.

7 Além deles, Vainfas cita ainda Montaigne: *Povoado Occitânico*, de Emmanuel Le Roy Ladurie (1975), e *O Retorno de Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis (1982).

8 Referimo-nos às críticas do antropólogo britânico Jack Goody e do historiador, também britânico, Keith Thomas sobre um possível (e perigoso) relativismo cultural presente em obras de micro-história.

mais amplos dirigidos à micro-história, na medida em que tenta apreender o “global” numa perspectiva não somente “do” local (Geertz, 1989), mas “para além” do local (Biersack, 1995, p. 125), semelhante a Ginzburg, cuja linha condutora “[...] parte da microanálise de casos bem delimitados, mas cujo estudo intensivo revela problemas de ordem mais geral” (Ginzburg, 1991, p. X). O que revelaria também o valor heurístico do gênero biográfico:

“A meu ver, a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas de escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas” (Levi, 1996, p. 168).

Por outro viés, mas não menos questionador, Jacques Le Goff – que há não muito tempo passou a dedicar maior atenção aos estudos biográficos⁹ – propôs a abordagem da trajetória de um indivíduo através do conceito de “sujeito globalizante” (Le Goff, 1999, p. 21).

Para Le Goff, considerar um indivíduo numa perspectiva “global” é reconhecer nele toda a organização do campo de pesquisa: ao escolher, por exemplo, a figura monárquica de São Luís e afirmar que essa personagem participou e agiu, ao mesmo tempo, em todos os domínios (econômico, social, político, religioso, cultural, etc.), ele estaria sugerindo ao historiador que reconheça nas escolhas, contradições, hesitações e decisões singulares do biografado a historicidade daqueles domínios – ou seja, a especificidade do “global” e a complexidade do “real” (Le Goff, 1999, pp. 21-4).

Assim, focar biografias como objeto de pesquisa não significaria desreferenciá-las do “global”, nem desconsiderar os diferentes aspectos da realidade: o caso em questão, o da micro-história italiana, aponta para um redirecionamento do olhar do historiador que, por meio de um ou vários personagens, tenta

restituir a história particular de uma comunidade, uma cidade e/ou um grupo através dos vários “contextos” nos quais estão inseridos (Serna & Pons, 2001, pp. 137-62).

Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, sem esquecermos os historiadores franceses que dialogam com os italianos, como Emmanuel Le Roy Ladurie, Jacques Revel e Maurice Aymard (Lima, 2006, pp. 78-85), demonstraram por vieses específicos que o redimensionamento da escala de observação e de análise proposto pela micro-história, especialmente para aqueles que fazem “usos” do campo biográfico, não coaduna com métodos que tentam determinar os indivíduos na malha das “mentalidades” ou das instituições de poder, mas nem por isso caem numa apologia do “individualismo metodológico”. Complementando tais análises, Sabina Loriga (1998, p. 249) fez uso do conceito de “biografia coral” para conceber o singular como elemento de tensão de uma multiplicidade de movimentos e conflitos sociais.

Sobre as recentes possibilidades de diálogo entre a história e a biografia, outros intelectuais, como Gilles Candar (2000), Anne Levallois (2002), Philippe Levillan (2003) e Mônica Rebeschini (2006), realizaram um balanço crítico do gênero, procurando destacar sua contribuição para a requalificação do campo historiográfico (história e ciência política, história e psicanálise, história e literatura, história e sociologia etc.), bem como apontar os limites metodológicos do desafio biográfico, notadamente a questão da legitimidade da autonomia do indivíduo em face das normas da sociedade.

Enfim, o estatuto biográfico, mesmo com algumas lacunas, críticas e ponderações, continua a ser preservado e em constante (re) interpretação: daí concordarmos com Vavy Pacheco Borges quando duvida da tese de um “retorno” da biografia, apontando para uma reelaboração de sentidos e de significados desse gênero para a escrita da história: “Afinal de contas, podemos encontrar biografias, se não [...] ‘em todas as épocas e países’, ao menos em muitas culturas e períodos” (Burke, 1997, p. 1).

9 Falamos aqui de *São Luís: uma Biografia e São Francisco de Assis*, obras publicadas na França respectivamente em 1995 e 1999.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Janaína. "História e Região: Reconhecendo e Reconstruindo Espaços", in Marcos Silva (org.). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo, Marco Zero/ANPUH/MCT-CNPq, 1990.
- BIERSACK, Aletta. "Saber Local, História Local: Geertz e Além", in Lynn Hunt (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, pp. 97-130.
- BORGES, Vavy P. "Grandezas e Misérias da Biografia", in Carla B. Pinsky (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005.
- BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. "A Ilusão Biográfica", in Janaína Amado & Marieta de M. Ferreira (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996, pp. 183-91.
- _____. *Os Usos Sociais da Ciência: por uma Sociologia Clínica do Campo Científico*. São Paulo, Editora Unesp, 2004.
- BURGUIERE, André. "A Antropologia Histórica", in Jacques Le Goff (dir.). *A História Nova*. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1993, pp. 171-202.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo, Ed. Unesp, 1991.
- _____. "A História dos Acontecimentos e o Renascimento da Narrativa", in *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1992, pp. 327-48.
- _____. "A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista", in *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 19, 1997, pp. 1-14.
- _____. *O que É História Cultural?*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- CAMPOS, Augusto de. *Verso, Reverso, Controverso*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1988.
- CANDAR, Gilles. "Le Statut de la Biographie. Essai de Chronologie", in *Correspondances, Bulletin d'Information Scientifique du Institut de Recherche sur le Maghreb Contemporain*, nº 61, Tunis, mai-juin-juillet 2000, pp. 11-6.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa, Difel, 1990.
- _____. "O Mundo como Representação", in *Estudos Avançados*, vol. 5, nº 11, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, pp. 170-85.
- _____. "A História Hoje: Dúvidas, Desafios, Propostas", in *Estudos Históricos*, vol. 7, nº 13, Rio de Janeiro, 1994, pp. 97-113.
- _____. *Formas e Sentido – Cultura Escrita: Entre Distinção e Apropriação*. Campinas, ALB/Mercado de Letras, 2003.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo/Campinas, Ensaio/Ed. Unicamp, 1994.
- _____. *A História*. Bauru, Edusc, 2003.
- DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o Melhor Cavaleiro do Mundo*. São Paulo, Graal, 1988.
- _____. *A História Continua*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/Ed. UFRJ, 1993.
- ESPIG, Márcia J. "'Uma Poeira de Acontecimentos Minúsculos': Algumas Considerações em Torno das Contribuições Teórico-metodológicas da Micro-história", in *História Unisinos*, vol. 2, nº 10, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo (RS) mai./ago. 2006, pp. 201-13.
- FEBVRE, Lucien. *Combates por la Historia*. 3ª ed. Barcelona, Ariel, 1970.

- FERREIRA, Marieta de M. "A Nova 'Velha História': o Retorno da História Política", in *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, Rio de Janeiro, 1992, pp. 265-71.
- FERRY, Luc. *Homo Aestheticus: a Invenção do Gosto na Era Democrática*. São Paulo, Ensaio, 1994.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989.
- _____. *O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- GINZBURG, Carlo. *Micro-história e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro, Difel/Bertrand-Brasil, 1991.
- _____. "Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário", in *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- _____. *O Queijo e os Vermes: o Cotidiano e as Ideias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís: Biografia*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 1999.
- _____. & NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- _____. *História: Novas Abordagens*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- _____. *História: Novos Objetos*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- LEVALLOIS, Anne. "Dalla Storia dei Comportamenti Collettivi alla Biografia Storica. Storiografia e Psicoanalisi", in *Segni e Comprensione*. Rivista del Dipartimento di Filosofia dell'Università di Lecce con "Centro Italiano di Ricerche Fenomenologiche" di Roma, anno XVI, nº 45, 2002.
- LEVI, Giovanni. "Sobre a Micro-história" in P. Burke (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo, Ed. Unesp, 1992, pp. 133-61.
- _____. "Usos da Biografia", in J. Amado & Marieta de M. Ferreira (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996, pp. 167-82.
- _____. *A Herança Imaterial: Trajetória de um Exorcista no Piemonte do Século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- LÉVILLAN, Philippe. "Os Protagonistas: da Biografia", in René Remond (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- LIMA, Henrique Espada. *A Micro-história Italiana: Escalas, Indícios e Singularidades*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- LORIGA, Sabina. "A Biografia como Problema", in J. Revel (org.). *Jogos de Escalas: a Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro, FGV, 1998, pp. 225-49.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Lo Sviluppo della Biografia Greca*. Torino, Einaudi, 1974.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *As Muitas Faces da História: Nove Entrevistas*. 2ª ed. São Paulo, Ed. Unesp, 2000.
- PASSERON, Jean-Claude. "Biographies, Flux, Trajectoires. Questions de l'Extérieur. Avant-propos", in *Enquête, Cahiers du Centre d'enquêtes et de recherches sur la culture, la communication, les modes de vie et la socialisation* (Cercom), édition électronique, Dossier "Biographie et cycle de vie", nº 5, 1989, s/nº.
- PESAVENTO, Sandra J. "Fronteiras da Ficção: Diálogos da História com a Literatura", in *Anais do XX Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, "História: Fronteiras", Associação Nacional de História. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, ANPUH, 1999, pp. 819-31.
- _____. *História & História Cultural*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.
- REBESCHINI, Mônica. "La Biografia come Genere Storiografico tra Storia Politica e Storia

- Sociale", Questioni e Prospettive di Metodo", in *Acta Histriae*, Periodical published by Science and Research Centre of the Republic of Slovenia and the Historical Society by University of Primorska – Koper, ano 14, nº 2, 2006, pp. 427-46.
- REMOND, René. *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- REVEL, Jacques. "Microanálise e Construção do Social", in *Jogos de Escalas: a Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro, FGV, 1998, pp. 15-38.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo, Papirus, 1997, Tomo III.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as Tirantias da Intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- SERNA, Justo & PONS, Anacleto. "En su Lugar: una Reflexión sobre la Historia Local y el Microanálisis", in *História*, Revista da Fundação Editora da Unesp, nº 20, São Paulo, 2001, pp. 137-62.
- SILVA, Luciana de Mesquita. "Rubem Fonseca e Irmãos Campos: Reflexões sobre Leitura e Tradução", in *Soletas*, Revista do Departamento de Letras da UERJ, nº. 12, v. 1, Rio de Janeiro, jul. 2006, pp. 128-39.
- VIEIRA, Else Pires. "Fragmentos de uma História de Travessias: Tradução de (Re)Criação na Pós-modernidade Brasileira e Hispano-americana", in *Revista de Estudos de Literatura*, v. 4, Belo Horizonte, UFMG, 1996, pp. 61-80.